

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 4.592, DE 2023

Dispõe sobre a proibição de aplicação foliar do princípio ativo fipronil em todo território nacional.

Autor: Deputado PADRE JOÃO

Relator: Deputado RODOLFO NOGUEIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.592, de 2023, de autoria do Deputado Padre João, proíbe a aplicação foliar de defensivos agrícolas com princípio ativo fipronil em todo o território nacional, com o objetivo de reduzir a mortalidade e o extermínio de abelhas e outros insetos polinizadores; prevenir os efeitos nocivos ao meio ambiente; incentivar as atividades da apicultura e da meliponicultura e favorecer a produção de alimentos saudáveis.

A proposição define aplicação foliar como “a pulverização, o despejo, o arremesso, o bombeamento, a injeção do composto ou qualquer outra técnica de exposição total ou parcial da superfície externa dos cultivos ao fipronil”.

O autor justifica a proposição pela alta toxicidade do fipronil para abelhas, que têm papel fundamental na polinização de plantas, e pela possibilidade de contaminação de recursos hídricos e desequilíbrio de ecossistemas.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Meio Ambiente e



Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD).

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão, no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 4.592, de 2023, de autoria do ilustre Deputado Padre João, proíbe a aplicação foliar do princípio ativo fipronil em cultivos agrícolas do país, com o objetivo principal de proteger insetos polinizadores, como as abelhas.

Apesar da boa intenção do autor, entendemos que a proibição de princípios ativos de defensivos agrícolas deve ser baseada em avaliações de risco e estudos rigorosos, tendo em vista que esses produtos são ferramentas essenciais para a produção agrícola, garantindo a obtenção das safras esperadas para o abastecimento da população.

É amplamente sabido que o ataque de pragas e doenças agrícolas tem potencial de reduzir drasticamente a produtividade das plantas cultivadas. Por isso, o acesso dos agricultores a produtos fitossanitários seguros e agronomicamente eficientes integra os objetivos de política de defesa agropecuária, sendo que a retirada de produtos do mercado deve ser criteriosamente avaliada pelas áreas técnicas responsáveis pela regulação do setor.

No Brasil, dispomos de uma legislação avançada para a regulação do mercado de defensivos agrícolas, a Lei nº 14.785, de 2023, que dá ampla competência de controle aos órgãos de saúde, meio ambiente e agricultura. Essa Lei prevê a possibilidade de reanálise de produtos registrados, diante do surgimento de indícios de riscos que desaconselhem seu uso.



Portanto, voto pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 4.592, de
2023.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado RODOLFO NOGUEIRA
Relator

